



Aprovada MP que desonera microempreendedor individual

Medida reduz de 11% para 5% a contribuição previdenciária e incentiva formalização de trabalhadores

Com o apoio e até elogios da oposição, foi aprovado ontem pelo Plenário o projeto de lei de conversão que reduz de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota da contribuição à Previdência Social para o microempreendedor individual.

Senadores oposicionistas e governistas destacaram o alcance social da medida, que incentiva a formalização de trabalhadores e pode gerar maior receita para a Previdência. Uma emenda estendeu o benefício para as donas de casa sem renda própria e de baixa renda. **5**



Romero Jucá (E), líder do governo, e José Agripino, do DEM, no centro do Plenário: desta vez texto da medida provisória recebeu elogios unânimes dos senadores

Moreira/Mantiz/Senado Federal

Rossi nega denúncias e diz que é vítima de vingança pessoal **4**



Wagner Rossi (E) depôs ontem na CRA, presidida pelo senador Acir Gurgacz

José Cruz/Senado Federal

Carlos Lupi: pode ter havido erro, mas não dolo

Na Comissão de Assuntos Sociais, ministro do Trabalho tratou de denúncias da imprensa sobre registro sindical. **4**

Professor quer nacionalizar tecnologias de informação **6**

CCJ acata novo rito para MPs, com admissibilidade prévia **3**



Anibal Diniz (E) abraça Aécio Neves, relator da PEC aprovada ontem

José Cruz/Senado Federal

Especialistas apontam entraves para tecnologia **7**

Venda de bebida em posto pode ser proibida **8**



Pedro Simon, que foi líder do governo Itamar, lembrou, na homenagem, que o então presidente tinha coragem para afastar de sua equipe eventuais envolvidos em denúncias de corrupção

Lia de Paula/Senado Federal

Exemplo de Itamar é exaltado em Plenário

Senadores exaltam memória de colega morto em julho, lembrando sua contribuição para a redemocratização e seu compromisso com a ética. **2**

Presidente do Congresso, José Sarney, anunciou que apresentará projeto para que Museu do Senado passe a ser denominado Museu Histórico Senador Itamar Franco

Congresso Nacional presta homenagem a Itamar Franco

O SENADOR E ex-presidente da República Itamar Franco, que faleceu aos 80 anos em 2 de julho passado, foi homenageado ontem em sessão solene do Congresso Nacional. Durante os pronunciamentos, o presidente do Congresso, José Sarney, anunciou que apresentará projeto de resolução para que o Museu do Senado passe a se chamar Museu Histórico Senador Itamar Franco.

O primeiro parlamentar a discursar foi o senador Aécio Neves

(PSDB), também representante de Minas Gerais, estado onde Itamar foi prefeito (de Juiz de Fora) e governador. Ao resumir a trajetória do homenageado, Aécio recordou a atuação de Itamar durante a ditadura, como um dos senadores de oposição eleitos em 1974, quando se impôs uma derrota histórica ao governo nas eleições legislativas daquele ano, e como defensor da redemocratização – Itamar participou, em 1984, da campanha pelas Diretas Já.

Aécio Neves ressaltou a importância de Itamar para a estabilização monetária, dizendo que “é preciso reconhecer a legitimidade da mágoa que Itamar carregou consigo durante muito tempo, fruto das incompreensões e da falta de reconhecimento à sua real contribuição ao país”.

– Os mineiros lhe prestaram, sem saber que seria a última, uma belíssima homenagem ao conduzi-lo de volta ao Senado – declarou.

Adiada votação do projeto que regulamenta TV por assinatura

O projeto de lei da Câmara, com origem no Executivo, que regulamenta a TV por assinatura (PLC 116/10), teve sua votação no Plenário do Senado adiada a pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele quer mais informações do governo federal sobre a matéria antes de votar o mérito.

O adiamento contraria a solicitação feita mais cedo pela ministra da Cultura, Ana de Hollanda, ao presidente do Senado, José Sarney.

No encontro, a ministra havia pedido celeridade para a votação do projeto (*leia mais na página 8*).

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sigilo de informações públicas

14h Entre os projetos da pauta da sessão deliberativa, está o PLC 41/10, que regulamenta o direito de acesso a informações oficiais de Estado.

Presidência Produtores rurais

12h José Sarney recebe o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, e o presidente do Conselho Administrativo da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool de São Paulo, Luís Roberto Pogetti, entre outros. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Inventário florestal

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota projeto que altera o novo Código Florestal tornando obrigatório o inventário florestal digital.

CI Cargas ferroviárias

9h Projeto que prevê proteção das cargas de transporte ferroviário e proposta que torna obrigatória a realização de estudos geológicos para a construção de edificação em encostas de morros, montanhas e terrenos alagadiços estão entre as matérias que constam da pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CDH Crime hediondo

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina pauta de 30 itens. Entre eles, projeto que classifica como hediondo o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Também na pauta projeto que determina a reserva de assentos em espetáculos, conferências e aulas para pessoas com deficiência.

CRE Embaixadores e caças para Aeronáutica

10h Quatro mensagens do Executivo indicando embaixadores para o Iraque, Honduras, Catar e Panamá estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na segunda parte da reunião, debate sobre o processo de aquisição de aviões de combate pela Aeronáutica, os chamados caças FX2.

CPI do Ecad Secretário de Direito Econômico

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, responsável pelos direitos autorais, ouve, entre outros, o depoimento do secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Vinícius Carvalho.

Segurança Cronograma de atividades

10h Apresentação do plano de trabalho e apreciação de requerimentos da Comissão Temporária de Ações da Política Nacional de Segurança Pública.

CAS Jornada de trabalho de psicólogos

11h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para tratar da jornada de trabalho de psicólogos e fonoaudiólogos.

Saúde Proteção a pessoas com deficiência

14h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, comemora os dez anos da lei que trata da proteção e dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

Rio + 20 Debate sobre cidades e clima

18h O presidente da Associação dos Catadores do Jardim Gramacho, Sebastião Carlos dos Santos; o arquiteto Tom Rebello; e Hazem Galal, assessor empresarial da PricewaterhouseCoopers debatem, em audiência pública na Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, o tema “Cidades: o que fazer”.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



A homenagem à memória de Itamar Franco mobilizou parlamentares e representantes do governo e de Minas Gerais

Collor destaca acuidade política de seu sucessor

O senador Fernando Collor (PTB-AL) destacou o desempenho político de Itamar Franco, que o sucedeu na Presidência da República, em 1992. Collor afirmou que os principais legados do homenageado são a sua atuação na oposição à ditadura e sua “acuidade política”, como presidente, durante a implementação do Plano Real, em 1994.

Além de sua participação no combate à inflação, os senadores também apontaram sua importância – como presidente – no processo de redemocratização. Segundo a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que o conheceu quando era prefeita de Salvador, Itamar foi capaz de, “naquele momento de instabilidade, assumir a Presidência, dar estabilidade à moeda nacional e consolidar

a democracia”.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), “Itamar foi capaz de, em pouco mais de dois anos de governo, conduzir o país sem maiores sobressaltos, quando tudo apontava para uma crise política de extrema gravidade”. A mesma opinião foi apresentada por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

– Itamar assumiu num contexto de crise política e econômica e entregou o país estabilizado ao seu sucessor – avaliou Jarbas.

Líder do governo Itamar no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) frisou que o homenageado teve “uma vida franciscana e austera”. Também avaliou que, “por seu jeito rude e sua maneira quase áspera de fazer política, ele nunca teve um atendimento especial da imprensa”.

Ao comentar os escândalos de corrupção nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, Simon disse que Itamar tinha coragem para afastar eventuais acusados ou envolvidos, comparando-o à presidente Dilma Rousseff, que recentemente afastou o então ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Também homenagearam Itamar os senadores Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Cyro Miranda (PSDB-GO), Geovani Borges (PMDB-AP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Luiz Henrique (PMDB-SC), Mário Couto (PSDB-PA), Paulo Bauer (PSDB-SC), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Zeze Perrella (PDT-MG).

Marinor critica aluguel de carros pelo Senado

Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu ontem a revogação do processo licitatório de terceirização do serviço de transportes do Senado, por considerar que a Casa não tem o direito de “jogar o suado dinheiro do contribuinte na lata do lixo”. Ela apelou à Presidência do Senado para que revogue o processo licitatório e adiantou que encaminhará representação sobre o caso à Procuradoria-Geral da República.

Para a senadora, “vai custar muito aos cofres públicos” o aluguel pelo Senado de 81 veículos,

ao preço unitário de R\$ 1.800 por mês, o que totalizará R\$ 145.800 mensais e R\$ 1.748.000 por ano.

– A frota atual de Fiat Marea se encontra em bom estado de conservação, atendendo de forma eficiente os senadores e senadoras. A oficina funciona, o serviço é de qualidade e temos excelentes profissionais na área – afirmou.

Marinor questionou a direção do Senado quanto ao destino dos trabalhadores do setor de transportes, além da garantia que eles teriam para a manutenção de seus empregos.



Marinor pede à Presidência da Casa que revogue processo licitatório

Acordo sobre matéria polêmica foi alcançado com definição de que admissibilidade das medidas provisórias será decidido pela CCJ de cada Casa



Plenário da CCJ, ontem: aprovação do texto foi por unanimidade, mas temas como admissibilidade e prazo de apreciação dividiram governo e oposição

Senadores destacam busca de entendimento

A construção do entendimento que permitiu a votação da PEC das MPs foi atribuída por vários senadores ao papel assumido pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE). O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), também saudou o conjunto dos parlamentares da comissão, lembrando que houve diversas tentativas de acordo.

– O entendimento é resultado do esforço de toda a comissão e trata-se da recuperação de prerrogativas desta Casa – disse.

A definição de novas regras para tramitação das MPs foi elogiada por Pedro Simon (PMDB-RS), para quem o Parlamento deve resguardar autonomia e independência em relação ao Executivo.

Demóstenes Torres (DEM-GO) ainda considera pequeno o prazo concedido ao Senado, mas registrou seu apoio ao entendimento. A necessidade de todos cederem um pouco para tornar possível o acordo foi destacada também por Anibal Diniz (PT-AC), Armando Monteiro (PTB-PE) e José Agripino (DEM-RN).

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a base governista tem defendido mudança nas regras atuais para as MPs, visando assegurar mais tempo de exame ao Senado. Marta Suplicy (PT-SP) também assinalou os propósitos do texto original, apresentado por José Sarney (PMDB-AP), e as dificuldades para se chegar ao entendimento.

CCJ aprova novo rito para MPs que dá 30 dias de prazo para análise do Senado

A CÂMARA TERÁ 80 dias para analisar medidas provisórias (MPs) e o Senado, 30 dias, restando 10 para que os deputados analisem possíveis emendas dos senadores. A admissibilidade das MPs ficará a cargo das comissões de Justiça de cada Casa, podendo haver recurso ao Plenário quando a comissão decidir que a MP não atende a pressupostos de urgência e relevância.

Com essas alterações no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, o relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG), conseguiu aprovar por unanimidade, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatório sobre as emendas de Plenário apresentadas à matéria, conhecida como PEC das MPs. O texto retorna agora para votação no Plenário em dois turnos.



Aécio (E) conversa com o presidente da CCJ, Eunício Oliveira: acordo e aprovação por unanimidade

Recurso contra inadmissibilidade será feito com 10% de cada Casa

A regra da admissibilidade das MPs foi um dos maiores pontos de divergência na discussão da PEC 11/11. Aécio já havia concordado em deixar o julgamento a cargo da CCJ da Câmara e do Senado, abrindo mão de sua proposta de criação de uma comissão mista. A novidade aprovada hoje se refere ao caso da CCJ decidir pela inadmissibilidade. Nesse caso, recurso assinado por 10% dos integrantes

de cada Casa (52 deputados ou nove senadores) levará a decisão ao Plenário.

Também foi acatada emenda de Plenário que veda a inclusão, no texto da MP, de temas diferentes do objeto principal. O substitutivo também veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP inadmitida, rejeitada ou que tenha perdido a validade por decurso de prazo.

Sarney já articula com a Câmara votação da PEC

O presidente do Senado, José Sarney, disse que já articula com a Câmara dos Deputados a votação da proposta de emenda à Constituição que altera o rito de tramitação das medidas provisórias.

Para Sarney, a proposta aprovada ontem na CCJ será bem recebida pela Câmara.

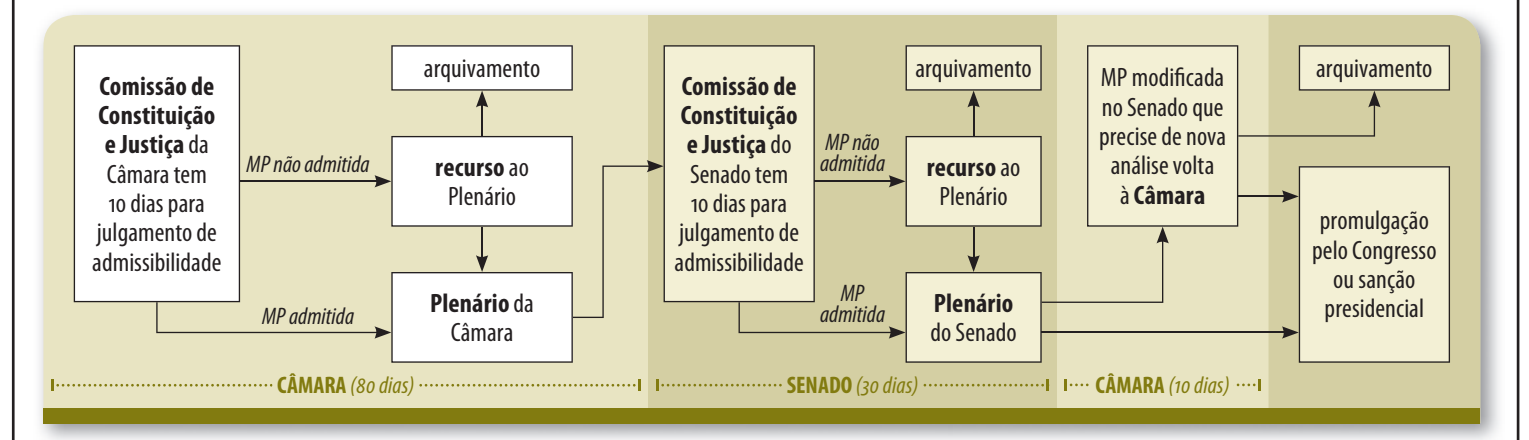
– O presidente Marco Maia, tenho a impressão, vai liberar a aprovação imediata dessa emenda constitucional das medidas provisórias. Acho que foi um passo relevante que nós acabamos de dar.

Autor da proposta original, Sarney considera que a versão aprovada na CCJ foi a “possível”.

– Em política, nunca temos a perfeição, mas aquilo que é possível. E foi possível chegarmos a esse acordo.

Mais tempo para o Senado analisar proposta

Pelo texto aprovado ontem (que ainda precisa ser votado duas vezes em Plenário), o Senado não enfrentará mais a atual rotina de receber medidas provisórias quando elas já estão prestes a perder o prazo de validade



Emenda que estende pagamento de precatório até 2012 está na ordem do dia

Já está na pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 63/11) que fixa em 31 de dezembro de 2012 o prazo de adesão ao regime de pagamento especial de precatório para estados e municípios estabelecido pela Emenda Constitucional 62/09. O prazo encerrou-se em 10 de março de 2010.

As cinco sessões de discussão em primeiro turno serão nos dias 16, 17, 18, 23 e 24, seguindo-se a votação da matéria. Em seguida, haverá mais três sessões de discussão em segundo turno e nova votação.

A proposta, de Valdir Raupp (PMDB-RO), recebeu substitutivo na CCJ, apresentado pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR),

e lido por Demóstenes Torres (DEM-GO).

Raupp explica que a emenda possibilitou aos estados, municípios e Distrito Federal aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios. A emenda vinculou a quitação dos precatórios à disponibilidade orçamentária dos estados e municípios, mais alguns entes federativos.

O senador argumenta, entretanto, que “não estava claro se o sistema iria funcionar e contribuir para resolver o problema do pagamento dos precatórios”, e talvez por isso alguns entes federativos não aderiram ao novo regime.

Para o relator da PEC, a situação dos precatórios “se tornou um dos grandes pesadelos

vividos pelos entes federados, às voltas com débitos além de sua capacidade de pagamento”. O regime diferenciado de pagamento, acrescentou, traz a vantagem tanto para o poder público como para o cidadão que tem o crédito de precatório, pois assegura sua quitação e dá previsibilidade às ações do Tesouro.

Ministro da Agricultura diz, em audiência pública no Senado, que pessoas envolvidas em irregularidades, afastadas por ele, teriam sido a origem das reportagens



Presidente da CRA, senador Acir Gurgacz, segue o depoimento do ministro Wagner Rossi: inimigos teriam tramado vingança

Rossi atribui denúncias de corrupção a "descontentes"

O MINISTRO DA Agricultura, Wagner Rossi, atribui a gestores descontentes por terem sido afastados devido a irregularidades a origem de notícias em que seu nome é associado a esquemas de corrupção na pasta e na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ontem, Rossi disse que instaurou comissão de sindicância para apurar as supostas irregularidades.

Conforme o ministro, a auditoria será conduzida por servidores da Advocacia-Geral da União para que haja total isenção. Além disso, ele informou que

também pediu à Controladoria-Geral da União para apurar as denúncias, entre as quais a suposta ação de lobista no ministério. Acusado de facilitar a ação do lobista Júlio Fróes, o secretário executivo do ministério, Milton Ortolan, pediu demissão na semana passada.

Rossi abordou a briga judicial entre a Conab e a Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu (Spam) em que, devido à perda de prazo, a estatal foi condenada a pagar valores que chegam hoje a perto de R\$ 150 milhões. Reportagem veiculada na semana passada cita a existência de pessoa – com traços físicos

semelhantes aos do ministro – interessada em facilitar acordo para o pagamento. Rossi destacou que, ao contrário, quando dirigiu a Conab, em 2009, tomou todas as iniciativas para anular a sentença judicial. Segundo ele, há provas de que houve ação de um procurador da Conab, Raimundo Nonato de Oliveira Santos, para favorecer aquela empresa na questão.

– Como fizemos a nossa obrigação, aqueles que foram impedidos de completar um golpe dessa natureza vieram com uma vindita [vingança] de baixo nível, fazendo uma acusação – rebateu.

Para ministro, terreno foi vendido por preço justo

Wagner Rossi falou também sobre denúncias feitas contra ele por Oscar Jucá Neto, ex-diretor financeiro da Conab e irmão do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Pela decisão de pagar R\$ 8 milhões para um armazém registrado em nome de laranjas, Jucá Neto acabou afastado do cargo dez dias após tomar posse. Jucá Neto disse à revista *Veja* que o ministro havia lhe prometido dinheiro em troca de silêncio. Ele também acusou Rossi de vender terreno da Conab, em valorizada área de Brasília, por preço abaixo do de mercado.

Rossi salientou que a licitação não foi feita em sua gestão na Conab, em 2009, mas disse que os responsáveis cumpriram todos os requisitos, inclusive pedir a prévia avaliação do terreno à Caixa Econômica Federal. O preço final foi de R\$ 8,1 milhões – R\$ 30 mil acima da avaliação. Ainda na Conab, lembrou, ele atuou para recuperar o terreno, doado para construção de clube de servidores.

Processo judicial contra Jucá Neto é descartado

O ministro da Agricultura afirmou ontem que, no momento, não pensa em processar o ex-diretor da Conab. Disse que o demitiu por ter cometido grave infração administrativa e que essa era sua obrigação funcional. Agora, porém, declarou que não deseja somar mais uma pena àquela que ele já sofreu com a perda do cargo. Por respeitar vínculos familiares, disse que deseja também evitar mais “constrangimentos” a pessoas ligadas ao ex-diretor.

– Cada um de nós é de uma maneira. Eu sou uma pessoa que não sei exercer o ódio no limite. Não tenho ódio nem tenho qualquer questão pessoal com o Sr. Oscar Jucá Neto – afirmou.

Rossi foi questionado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para a audiência, por dizer que não conhece Júlio Fróes, o suposto lobista que atuava na sua pasta. Ele disse não ser “porteiro” e, desse modo, não tem condições de controlar o acesso de pessoas ao prédio ministerial.

Ministro do Trabalho nega intervenção no registro sindical

Chamado a debater as políticas do governo para o Polo Industrial de Manaus e apresentar as metas do Ministério do Trabalho e Emprego, o ministro Carlos Lupi aproveitou audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para rebater denúncias sobre irregularidades relacionadas ao registro sindical e à qualificação profissional.

Lupi sustentou que a pasta não interviria na organização sindical nem no processo de registro sindical. Apesar de admitir que a regulamentação da atuação das centrais e da cobrança do imposto sindical pela Portaria 186/08 tenha acirrado disputas, contestou a revista *IstoÉ* desta semana, que acusou aumento expressivo na criação de sindicatos após a norma.

– Eles contabilizaram uma nova eleição dentro do sindicato como se fosse um novo sindicato – afirmou.

Lupi comentou ainda denúncia do jornal *Correio Braziliense* sobre desvios praticados pela Capacitar, em Sergipe, na área de qualificação profissional. Ele informou que a empresa foi escolhida em licitação e revelou que irregularidades foram apontadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e comprovadas pelo ministério em junho de 2010. Além de suspender os repasses de recursos, a pasta abriu inquérito junto à Polícia Federal para apurar esses desvios.

– Pode ter havido erro, mas dolo e má-fé, não. Não há ninguém do ministério denunciado por isso – disse.



Pedro Taques (E), ministro Carlos Lupi e Jayme Campos, presidente da CAS

Lupi defende inserção de pessoa com deficiência no mercado

Carlos Lupi respondeu aos senadores, durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre questões como a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a situação do trabalhador doméstico e medidas de desoneração da folha de pagamento que repercutem na Previdência Social.

O ministro pediu o apoio da Casa para a aprovação de medida provisória – ainda em negociação no governo federal – para garantir a manutenção do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência inserida no mercado de trabalho.

Segundo comentou, muitas pessoas com deficiência

resistem em aceitar proposta de emprego com receio de abrir mão do benefício e ficarem sem remuneração caso sejam demitidas futuramente. A questão do amparo a essas pessoas no mercado de trabalho foi levantada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), vice-presidente da CAS.

Em resposta a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS), Carlos Lupi apontou “dois nós” a serem desatados em relação ao projeto de lei que amplia os direitos do empregado doméstico. O primeiro se refere às diaristas, que não têm um patrão só, e, o segundo, ao pagamento de horas extras, já que alguns empregados residem na casa do patrão.

Mário Couto afirma que o Brasil é uma “fábrica de corrupção”

O Brasil é uma “fábrica de corrupção”, segundo o senador Mário Couto (PSDB-PA). Ele disse ontem que a população assiste perplexa, pelos telejornais, às mais diversas denúncias.

– O governo do PT não toma nenhuma providência; ao contrário, es-

timula a corrupção no país – afirmou.

Mário Couto lembrou que muitas vezes denunciou corrupção no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na administração de Ana Júlia Carepa, ex-governadora do Pará.

O senador concluiu seu pronunciamento afirmando que “o PT é corrupto mesmo”, e que a corrupção “mata os brasileiros todo dia nas estradas, nos hospitais”.

João Durval e Pinheiro defendem Colbert Martins

O senador João Durval (PDT-BA) defendeu o secretário Nacional de Programas e Desenvolvimento do Turismo, Colbert Martins, uma das 33 pessoas presas na terça-feira na Operação Voucher. De acordo com

o senador, Colbert é seu adversário político em Feira de Santana, mas, como ele, faz política dentro da ética.

Colbert é “um rapaz sério, médico, casado com uma médica” e não faz coisas desse tipo, disse João Durval.

Colbert, que estava no cargo havia duas semanas, apenas autorizou o último pagamento de um convênio assinado em 2009, do qual três parcelas já haviam sido pagas, relatou. O pagamento foi encaminhado com parecer favorável do setor jurídico do Ministério do Turismo.

– Não há dúvida de que ele vai sair dessa como um inocente injustiçado – afirmou João Durval. Walter Pinheiro (PT-BA) asso-

ciou-se à defesa de Colbert.

– Nesse caso, não há como se enganar. Não é da índole, não é da postura, não é do comportamento, não é do caráter do deputado Colbert esse tipo de prática – garantiu, acrescentando ser “inaceitável” que Colbert tenha sido algemado no momento da prisão. Ele exigiu sua imediata liberação.



Mário Couto



João Durval



Walter Pinheiro

Casildo pede juros menores e ajuste fiscal

Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a crise que assola a economia internacional pode produzir reflexos no Brasil.

Casildo fez um paralelo com a crise de 2008, da qual os países mais ricos ainda se recuperam. Agora, avaliou o senador, é o setor público que se encontra endividado. Casildo deu o exemplo das dívidas públicas dos Estados Unidos e de nações da Europa.

Ele acredita que o Brasil está mais preparado, mas ressaltou que os reflexos da crise podem ser mais agudos.

O senador lembrou que “toda crise traz consigo oportunidades” e sugeriu redução de juros e controle da inflação para colaborar no fortalecimento do país, além de um profundo ajuste fiscal e gastos públicos mais eficientes.

Sarney elogia atuação de Dilma diante de crises

Ao comentar as investigações da Polícia Federal no Ministério do Turismo, o presidente do Senado, José Sarney, elogiou a presidente Dilma Rousseff pela forma como tem conduzido as crises.

– A presidente Dilma goza de uma confiança do Congresso muito grande. Está fazendo um excelente governo. Está administrando todas as crises que têm surgido com absoluta competência – disse.

Sarney também reafirmou que, independentemente de partido, todos os ministérios podem ser alvo de investigação. Para o senador, as denúncias de desvios de recursos na execução de convênios do ministério chefiado pelo peemedebista Pedro Novais não são caso de política, mas de polícia.

Monteiro aprova estímulo à produção

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) elogiou medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff de estímulo ao setor produtivo, para ele, essenciais para o enfrentamento da iminente crise mundial. Ele também defendeu a redução dos juros a patamares razoáveis.

– Não é possível que o Brasil continue a ter uma taxa de juros tão elevada em relação à média dos países emergentes. Isso representa uma imensa desvantagem para a produção brasileira, além do custo fiscal decorrente dessa circunstância – alertou.

Para Armando Monteiro, o Brasil não está isolado, mas apresenta “condições diferenciadamente positivas” para o enfrentamento da crise econômica mundial.

Redução da alíquota de contribuição à Previdência Social é elogiada por todos, até mesmo pelos senadores que vêm seguidamente criticando o governo pela edição de medidas provisórias consideradas inapropriadas

MP do microempreendedor individual é aprovada com apoio da oposição

O CONSENSO ENTRE oposição e situação garantiu ontem a aprovação tranquila, pelo Plenário do Senado, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/11, que reduz a alíquota da contribuição à Previdência Social para o microempreendedor individual, de 11% para 5% sobre o valor do piso de contribuição, equivalente ao salário mínimo. O texto, proveniente da Medida Provisória (MP) 529/11, segue para a sanção presidencial.

A aprovação se deu de forma simbólica, sem verificação de quórum, após um primeiro semestre marcado por obstruções da oposição às votações de medidas provisórias (MPs). Mesmo entre os senadores oposicionistas que mais criticam a edição de MPs, como Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN) e Marínor Brito (PSOL-PA), o texto recebeu elogios pelo incentivo que promove à formalização de trabalhadores. Demóstenes

Torres (DEM-GO) chegou a dar os parabéns à presidente Dilma Rousseff pela relevância do conteúdo da medida.

– Até agora, fora uma medida ou outra, eu acho que ela [a presidente] tem errado grandemente. Mas essa é uma medida que merece aplauso do governo e da oposição, porque realmente é algo muito relevante – elogiou.

Ao alterar a MP, os deputados incluíram a redução na contribuição para a Previdência por donas de casa de famílias de baixa renda. O projeto também incorporou emendas para simplificar os processos de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual e trazer benefícios às pessoas com deficiência mental.

O relator no Senado, Armando Monteiro (PTB-PE), destacou o alcance social do texto ao estimular a formalização de trabalhadores.

– Essa medida tem alcance

social incontestável. A formalização desses trabalhadores permitirá acesso ao crédito, inserção na cidadania e promoção pessoal e social – disse.

Apesar de afirmar que as MPs são sempre dispensáveis e que seria preferível votar, mesmo que em regime de urgência, um projeto de lei com o conteúdo em questão, o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse estar satisfeito ao votar pela aprovação do PLV.

– Nós, que quase sempre comparecemos a esta tribuna para denunciar a inconstitucionalidade de medidas provisórias e anunciar o voto contrário do nosso partido, hoje temos a satisfação de fazer exatamente o oposto – anunciou.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), a redução deverá tirar da marginalidade um grande número de trabalhadores, além de fazer crescer a receita da Previdência Social.



Armando Monteiro, relator da MP: redução da alíquota para microempreendedor tem um alcance social incontestável

Medida inclui vários benefícios às pessoas com deficiência

O PLV 19/11 também inclui vários benefícios para as pessoas com deficiência, adicionados à MP 529/11 pelos deputados.

Emenda alterou a legislação previdenciária para estabelecer que seja dependente do segurado o filho ou irmão com deficiência intelectual ou mental considerado relativa ou totalmente incapaz por declaração judicial. Pela legislação atual, só podem ser dependentes os

filhos e irmãos menores de 21 anos ou inválidos.

Senadores do governo e da oposição elogiaram o projeto e destacaram a atuação do deputado federal Romário (PSB-RJ), que defendeu a inclusão das emendas que beneficiam pessoas com deficiência. Romário, que assistiu à votação no Senado, tem uma filha com síndrome de Down.

– Creio que é fazer justiça

destacar a atuação do deputado Romário, essencialmente voltada para oferecer dignidade aos portadores de deficiência. Ele, com a capacidade de articulação, com seu carisma na Casa onde atua, contribuiu decisivamente para que essa proposta chegasse ao Senado com esse aperfeiçoamento – elogiou Alvaro Dias (PSDB-PR).

Outra mudança na MP inclui na lei a possibilidade de recebi-

Gleisi sugere extensão às donas de casa

Uma emenda da ministra da Casa Civil, a senadora licenciada Gleisi Hoffmann, estendeu a redução da alíquota às donas de casa. O benefício vale para segurados facultativos sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho de sua casa, desde que pertencente a família de baixa renda. É considerada de baixa renda a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal com renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 1.090).

A inclusão das donas de casa no texto foi elogiada por senadores. Ângela Portela (PT-RR), Sérgio Souza (PMDB-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram o trabalho a que elas se dedicam durante toda a vida e lembraram que grande parte das donas de casa chegam à idade avançada sem qualquer direito à aposentadoria.

– A proposta é meritória e oportuna. Lembrarmos agora dessas mulheres brasileiras é um ato de solidariedade e reconhecimento de seu trabalho silencioso e invisível, mas digno e heroico – comemorou Lúcia Vânia.

Comissão de juristas vai estudar modernização do Código Penal

O Plenário aprovou a criação de uma comissão de sete juristas para elaborar proposta de anteprojeto de reforma do Código Penal. A comissão terá 180 dias para apresentar sugestões que tornem o código adequado aos princípios da Constituição de 1988 e às novas exigências da sociedade.

Autor da sugestão, o senador Pedro Taques (PDT-MT), que foi procurador da República, propôs alguns nomes para a comissão: o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, ex-corregedor nacional de Justiça; Luiz Carlos dos San-

tos Gonçalves, doutor e mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP e procurador regional da República; professor Luiz Flávio Gomes, magistrado aposentado, mestre e doutor em Direito Penal.

No documento, o parlamentar sugere que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) convide um membro para integrar o colegiado e que a Mesa do Senado nomeie um consultor legislativo da Casa. Os demais membros da comissão, diz o parlamentar, serão escolhidos a critério dos parlamentares.

Novas varas para o Judiciário trabalhista

O Plenário aprovou sete projetos de lei da Câmara (PLCs) que criam varas do Trabalho e alteram a composição de vários tribunais regionais do Trabalho (TRTs).

Conforme a proposta, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, as novas varas são da jurisdição dos TRTs das seguintes regiões: 23ª (Mato Grosso), 4ª (Rio Grande do Sul), 6ª (Pernambuco), 18ª (Goiás), 20ª (Sergipe) e 21ª (Rio Grande do Norte).

Justiça do Trabalho deve contar com mais 13 juizes

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem dois projetos (PLCs 39/11 e 40/11) criando 13 cargos de juiz do Trabalho: dez para atuar no Tribunal Regional do Trabalho com sede em Natal e três no tribunal com sede em Curitiba. As matérias vão ao Plenário.

Na mesma reunião, José Pimentel (PT-CE) apresentou relatório favorável à indicação do general Luís Carlos Gomes Mattos para ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Ele será sabatinado na próxima semana, quando a CCJ decidirá sobre sua indicação.

Para representante do governo, a integração dessas tecnologias favorece os ganhos de produtividade, mas dificulta políticas específicas

Desnacionalização das tecnologias de informação preocupa especialistas

AS TECNOLOGIAS DE informação e comunicação (TICs) que mais têm contribuído para o crescimento da produtividade mundial enfrentam um processo de desnacionalização no país. Os problemas do setor foram debatidos em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para o professor José Eduardo Cassiolato, do Instituto de

Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a indústria eletrônica é baseada em empresas multinacionais. Segundo ele, é impensável o desenvolvimento de um país do porte do Brasil sem um mínimo de domínio das TICs.

Para a chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas do Ministério da Ciência e Tecnologia, Fernanda de Negri, a cadeia

de TICs está cada vez mais integrada, o que torna difícil pensar estratégias voltadas a um único tipo de produto.

Articulação

Fernanda de Negri disse que o Brasil tem empresas e capacitações dispersas em várias áreas. O desafio é articular as possibilidades de integrar algumas dessas capacitações.

Tanto a representante do

governo quanto o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez, destacaram as possibilidades criadas pela regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a inovação.

O plano Brasil Maior, lançado recentemente pela presidente Dilma Rousseff, abre a possibilidade de utilização das compras públicas para alavancar novos negócios e tecnologias.

Número de engenheiros é insuficiente

Um dos desafios para o ambiente de inovação é o número insuficiente de engenheiros que o país forma, disse na audiência da CCT o gerente da Siemens Wikings Marcelo Machado. Segundo ele, em 2009, graduaram-se 47 mil engenheiros, contra 280 mil na Índia e 650 mil na China.

Sem profissionais em quantidade suficiente e com mão de obra mais cara do que Índia e China, os projetos na área de TICs estariam migrando para esses países, conforme a avaliação de Machado.

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), apontou outro problema: o baixo investimento da iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Dados de 2008 indicam que os investimentos privados em P&D foram de 0,48% do produto interno bruto (PIB), contra 0,59% dos dispêndios governamentais. No Japão e nos Estados Unidos, os investimentos das empresas privadas são respectivamente de 2,67% e 1,86% do PIB.

Também participaram do debate Walter Pinheiro (PT-BA) e Cyro Miranda (PSDB-GO).



Senador Eduardo Braga (C) coordena audiência pública na CCT, que contou com Marcos Vinícius Mazoni, Cezar Alvarez, Fernanda de Negri e Wikings Marcelo Machado

Lídice lamenta preconceito contra mulher no trabalho



Lídice da Mata

Uma mulher de nível superior, exercendo as mesmas funções de um homem, tem salário 30% menor. Mas, quando é preciso reduzir custos, o homem é demitido primeiro, por ter salário maior. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) comentou ontem dados apresentados pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Nesse jogo econômico, está sendo provado que, quanto mais lutarmos pelo reconhecimento do nosso valor laboral, pela equiparação salarial com os homens, mais vamos contribuir para a economia do nosso país.

Lídice também saudou os dez anos da Lei 10.261/01, que adequou e humanizou o tratamento aos cidadãos que sofrem de transtornos mentais. Ela lembrou ainda que o escritor baiano Jorge Amado completaria 99 anos ontem. A data, informou a senadora, será celebrada pela Fundação Casa de Jorge Amado, no centro histórico de Salvador.

Geovani elogia projeto de inclusão digital no Amapá



Geovani Borges

Ao elogiar o projeto Informática Comunitária (Infoco), promovido pelo Ministério Público do Amapá, Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que a inclusão digital é capaz de revolucionar a vida das pessoas.

Segundo o senador, o projeto já formou 641 alunos no município de Ferreira Gomes, por meio da Promotoria de Justiça do município.

Geovani Borges também elogiou os trabalhos da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), como a Semana da Inclusão Digital 2011, na cidade do Rio de Janeiro.

– A democratização do acesso às tecnologias da informação é uma poderosa ferramenta para as ações de estudo, trabalho e conhecimento no mundo atual. Um incluído digitalmente usufrui desse suporte para melhorar de vida – disse.

Pinheiro celebra novas universidades na Bahia

A política de expansão do ensino universitário para o interior, implementada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está tendo continuidade com Dilma Rousseff, elogiou ontem o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Ele destacou, especialmente, a inauguração de novo campus da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), na cidade de Senhor do Bonfim, no norte da Bahia.

Pinheiro disse que a instituição é a primeira experiência de uma universidade instalada em três estados: Pernambuco, Bahia e Piauí. A oportunidade de ensino superior público, ressaltou, tem se estendido a moradores de outros estados vizinhos, como Sergipe e Alagoas.

O parlamentar relatou que a Bahia irá receber duas novas universidades federais: a do Oeste Baiano, com sede em Barreiras, e uma outra cuja criação deve ser anunciada e será instalada em Itabuna, no sul.

O senador explicou que a instituição a ser instalada em Barreiras deverá atender não somente o oeste da Bahia, mas também Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Ele acrescentou que há a expectativa de que sejam construídos campi em Bom Jesus da Lapa e em Luís Eduardo Magalhães. O senador espera que também seja criada a chamada Universidade do Sertão, na região da Chapada Diamantina, no centro do estado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro*
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Marinor Brito • José Sarney • Vanessa Grazziotin • Wilson Santiago • Paulo Paim • João Vicente Claudino

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senadora cita exemplo de programa desenvolvido pelo governo francês

Marta reclama mais políticas para idosos

Os governantes brasileiros precisam dar mais atenção à população idosa por meio de políticas públicas e programas específicos, defendeu ontem Marta Suplicy (PT-SP). Ela citou como exemplo positivo para o Brasil programa desenvolvido pelo governo francês que capacita jovens para serem visitantes/cuidadores de idosos. O programa foi criado pela ex-ministra do Trabalho da França Martine Aubry.

Esses jovens, explicou Marta, ajudam os idosos em tarefas simples como fazer compras em supermercados e os acompanham a consultas médicas ou em caminhadas e outras atividades.

Vanessa realça evento sobre situação da mulher

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) comunicou ao Plenário ter participado do evento Tempo de Mulher, promovido pela jornalista Ana Paula Padrão, na capital paulista. O seminário contou com palestrantes como Luis Alberto Moreno, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Luiza Helena Trajano, presidente do grupo Magazine Luíza.

Também compareceram as ministras Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; e Izabella Teixeira, do Meio Ambiente.

– A mulher ainda é pouco valorizada e sub-representada em diversos setores – afirmou.



Senadora defende valorização e aumento da participação de mulheres

A falta de conhecimento do marco legal é um dos maiores entraves ao desenvolvimento do setor no país, afirma vice-presidente da Andifes em debate na Comissão de Educação

Especialistas discutem saídas para inovação tecnológica

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS por pesquisadores para requerer patentes e a falta de conhecimento do marco legal relacionado à inovação tecnológica estão entre os principais entraves ao desenvolvimento do país no setor.

A afirmação é de Jesualdo Pereira Farias, vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), um dos participantes do debate “A interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas”, realizado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Mesmo assim, observou, o Brasil se destaca no cenário internacional entre os 12 países que mais produzem ciência.

A velocidade do processo de

inovação mundial foi destacada por Victor Hugo Gomes Odorcyk, superintendente da área de Universidades da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ele observou que muitos dos produtos que serão usados dentro de dez anos nem foram inventados. Por isso, chamou a atenção para a necessidade de aperfeiçoar e acelerar a formação de recursos humanos para o setor.

Centros de excelência

Victor Hugo ressaltou, no entanto, a necessidade de as universidades federais serem dotadas dos recursos humanos necessários ao acompanhamento de processos de inovação tecnológica.

Representante da Finep alerta para necessidade de se formarem recursos humanos para a área de pesquisa

Durante o debate, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de um sistema nacional do conhecimento. Ele recordou que o sucesso brasileiro na exportação de soja e de aviões tem sua origem nas pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

– Temos que ter algumas dezenas de centros de alta excelência, em áreas como as de nanotecnologia, fármacos e informática. E não vejo ambição brasileira para isso – afirmou o senador.

Paulo Bauer (PSDB-SC), que presidiu a audiência pública, disse considerar a inovação e a tecnologia “ferramentas fundamentais para a educação”. Ex-secretário de Educação de Santa Catarina, o parlamentar informou que, no estado, cada escola pública já conta com seu próprio laboratório de informática.



Autor do projeto retirado, senador apontou “corrupção de prioridades”

Cristovam critica retirada de projeto sobre Bolsa Família

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a orientação dada pelo Ministério da Educação aos deputados da base aliada para não votar o Projeto de Lei do Senado 449/07, que condiciona o recebimento do Bolsa Família à participação dos pais em reuniões da escola onde os filhos estão matriculados.

O projeto, de autoria de Cristovam, foi transformado em PL 6.747/10 e deveria ter sido votado ontem na Comissão de Educação da Câmara, mas foi retirado de pauta.

– Isso é uma corrupção de prioridades. Não tão visível, mas tão grave quanto pegar dinheiro e botar no bolso privado – acusou.



Na audiência pública da CE, Victor Hugo Gomes Odorcyk, senador Paulo Bauer, Ruy Rocha Loures e Jesualdo Pereira Farias

Wellington quer repetir caso de sucesso do Piauí

O sucesso escolar de estudantes de José de Freitas (PI), que alcançaram notas melhores depois de participar de um projeto-piloto de informatização da educação pública, poderá repetir-se nos 40 municípios que contam com os piores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A proposta foi apresentada por Wellington Dias (PT-PI).

O senador recordou que José de Freitas, com pouco mais de 30 mil habitantes, tinha um dos piores índices no Ideb antes da implantação do projeto-piloto,

em conjunto com o Grupo Positivo e acompanhado pela Fundação Carlos Chagas e por universidades. Depois da iniciativa, segundo informou, o município conseguiu ultrapassar a média nacional do Ideb.

– Parece um investimento elevado, e é. Mas, quando a gente calcula o custo da repetência e da evasão escolar, é muito mais barato. Temos hoje aproximadamente 700 municípios puxando para baixo a avaliação escolar. Quero que o Brasil seja nivelado. Por isso, sugiro que façamos em 40 municípios, inicialmente, o

que fizemos em José de Freitas – afirmou Wellington.

A experiência daquela cidade do Piauí envolveu 2 mil alunos da primeira à quinta séries do ensino fundamental e incluiu mais de 600 horas de treinamento de profissionais de educação, segundo revelou no debate da CE o diretor comercial do Grupo Positivo, Ruy Rocha Loures. Em um município tão pobre, relatou, foi possível identificar como os pais dos alunos perceberam que a educação era o “único caminho para que os filhos viessem a melhorar de vida”.

Suplicy pede apoio a campanha contra a fome na África

Eduardo Suplicy (PT-SP) clamou o governo e a população brasileira a apoiar a campanha de ajuda aos países do leste da África, onde a fome ameaça cerca de 12 milhões de pessoas. Batizada de “I’m gonna be your friend (Serei seu amigo)”, a campanha foi lançada na terça-feira com participação de mais de 150 artistas de todo o mundo.

A campanha inclui um clipe embalado pela canção *High tide or low tide*, do músico jamaicano Bob Marley. Para colaborar é possível fazer doações ou *downloads* do vídeo, ao custo de US\$ 1,29. Os recursos serão entregues à ONG Save the Children.



Fome ameaça 12 milhões de pessoas na África, afirma Eduardo Suplicy



Ana Rita (na foto, com Ângela Portela, à esq.) apresentou voto favorável à aprovação da proposta pela CDH

Prioridade no Projovem aos egressos de abrigos

Os jovens egressos de abrigos públicos e privados poderão ganhar tratamento prioritário no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O benefício foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue agora para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, antes de ser enviado para votação na Câmara dos Deputados.

Instituído pela Lei 11.692/08, o Projovem atende jovens com idade entre 18 e 29 anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

Relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES), o PLS 152/10 garante prioridade só aos jovens que não tenham sido acolhidos por família substituta até a data em que completarem 18 anos.

Segundo a proposta, da ex-senadora Marisa Serrano, os jovens abrigados, ao completar a maioridade, têm que deixar a instituição que os acolhe e precisam, portanto, buscar o primeiro emprego, para tentar garantir seu próprio sustento. No entanto, continua, deparam-se com uma série de dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, principalmente pela falta de preparo.



Casildo Maldaner, Waldemir Moka e João Durval garantiram apoio contra consumo abusivo e violência no trânsito

CAS quer proibir bebida em posto de combustível

Projeto de Marcelo Crivella aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais amplia a Lei Seca e proíbe a venda de bebidas em postos de combustível e nas lojas desses locais

OS POSTOS DE venda de combustíveis e as lojas de conveniência existentes nesses estabelecimentos, independentemente da localização, poderão ser proibidos de vender bebidas alcoólicas em condições de pronto consumo. É o que determina proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que segue para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A Lei 11.705/08, mais conhecida como Lei Seca, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas, entre outros itens, já proíbe a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas na

faixa de domínio com acesso direto a rodovia, para consumo no local, com exceção da área urbana. O projeto (PLS 169/11) amplia a proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos às margens das rodovias federais, mesmo que esses locais estejam em área urbana.

A proposta também substitui a expressão "para consumo local" por "em condições de pronto consumo", para evitar interpretação equivocada de que bebidas alcoólicas prontas para o consumo possam ser vendidas nos locais proibidos desde que o consumo aconteça fora das dependências do estabelecimento que as vendeu.

Segundo o autor, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o objetivo é eliminar impropriedade da lei em vigor, que tolera a venda ou a oferta de bebidas alcoólicas, em condições de consumo imediato, nos postos de venda de combustíveis automotivos.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), apresentou parecer favorável à aprovação, porque o projeto combate a violência no trânsito e o consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

Vários senadores ressaltaram a importância da iniciativa. Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), por exemplo, ela gerará economia com gastos de hospitais, seguros de saúde e assistência médica.

Paulo Davim lamenta o aumento do desmatamento na Amazônia

O senador Paulo Davim (PV-RN) lamentou ontem o resultado de levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), atestando o aumento de 79,4% no desmatamento da Floresta Amazônica nos primeiros seis meses deste ano.

Segundo ele, somente no mês passado, foram desmatados 312 quilômetros quadrados de matas nativas. De um mapeamento de 61% da área total da região, o Pará lidera as derrubadas com 119 km², seguido pelo Mato Grosso (81,5 km²), Rondônia (64,2 km²) e Amazonas (41,7 km²).

– Acho uma agressão sem precedentes, um desrespeito ao meio ambiente, à nossa biodiversidade – protestou o senador.

Davim chegou mesmo a afirmar que os debates sobre o projeto do novo Código Florestal, em vez de contribuir para a redução do desmatamento no país, está servindo antes para aumentar as derrubadas de florestas nativas.



Davim: discussão sobre Código Florestal pode estar sendo prejudicial

Senadora comemora projeto sobre criação de linhas aéreas

A senadora Ângela Portela (PT-RR) comemorou a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto (PLS 278/11) que protege direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo ao disciplinar a criação e extinção de novas linhas.

O projeto, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, exige prévia autorização para exploração de uma linha por parte das empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo doméstico regular. Caso haja desistência, é necessário pedir formalmente à autori-

dade aeronáutica, com antecedência de três meses.

Ângela citou que na região amazônica, por exemplo, pequenas companhias regionais oferecem voos diferenciados, mas sofrem concorrência predatória das grandes empresas. Depois de inviabilizadas as pequenas, as concorrentes encerraram a oferta poucos meses depois, deixando consumidores sem explicações.

A matéria deve ser analisada, agora, pelas comissões de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Emendas a anistia a bombeiros são aprovadas na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emendas de Plenário ao projeto de lei do Senado (PLS 325/11) que amplia a abrangência da anistia concedida a bombeiros militares do Rio de Janeiro que ocuparam o quartel da corporação em junho último.

Pelo texto, serão beneficiados policiais e bombeiros militares de Alagoas, Minas Gerais, Rio de

Janeiro, Rondônia e Sergipe que participaram de movimentos reivindicatórios ocorridos entre 1º de janeiro de 1997 e a data em que for publicada a lei proveniente do projeto em exame.

A medida também beneficiará policiais e bombeiros militares da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e Distrito

Federal que participaram de movimentos ocorridos entre 13 de janeiro de 2010 e a data em que for publicada a nova lei.

O projeto havia sido aprovado na CCJ em 22 de junho, em caráter terminativo, mas, como houve recurso, foi submetido ao Plenário, onde recebeu emendas. Com a aprovação das emendas, a matéria volta para decisão final do Plenário.



Humberto Costa: empreendimento vai trazer desenvolvimento à região

Humberto celebra fábrica da Fiat em Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) comemorou o anúncio da instalação de uma fábrica de automóveis da Fiat em Goiana, cidade a 63 quilômetros de Recife, no litoral norte de Pernambuco.

Segundo o senador, a Fiat vai investir R\$ 4 bilhões na fábrica, que pode gerar 4.500 empregos, além de qualificação profissional e geração de renda para a região. Humberto Costa disse que o empreendimento exigirá investimento em infraestrutura urbana e logística.

O parlamentar informou também que os 14 milhões de metros quadrados do empreendimento vão permitir a construção de um complexo automotivo mais integrado: no mesmo local haverá fornecedoras, pistas de testes, centro de treinamento e unidades de pesquisa.

Petecão cobra mais funcionários para ECT do Acre

Comerciantes acrianos têm reclamado do atraso na entrega de contas pelos Correios, o que pode acarretar cobrança de juros, relatou em Plenário o senador Sérgio Petecão (PMN-AC), que pediu providências da direção da empresa.

De acordo com reportagem citada pelo senador, a falta de carteiros seria o motivo para os atrasos – inclusive de correspondências pessoais. Ainda de acordo com a reportagem, há carência com funcionários na ECT do Acre.

Sérgio Petecão também destacou a participação dos senadores do Acre no programa *Assunto de Estado*, que foi ao ar pela TV Senado na noite de segunda-feira. O senador elogiou a TV Senado e os entrevistadores do programa.



Petecão diz que há carência de cem funcionários na ECT do Acre

Ministra pede regulamentação da TV por assinatura

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, uma relação de projetos relacionados à sua pasta em tramitação no Congresso Nacional, para os quais pediu aprovação. Ela chamou Sarney de "defensor da cultura".

Entre as propostas, Ana de Hollanda mencionou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10 que regulamenta os serviços de televisão por assinatura.

O projeto, que aguarda votação no Senado, também cria cotas para a produção cultural brasileira dentro da programação.

A ministra fez um paralelo entre a produção audiovisual e a música brasileira. Ela disse que o brasileiro gosta e se acostumou a ouvir música nacional



Sarney com Ana de Hollanda: lista de projetos de interesse do ministério

nos meios de comunicação, mas ainda há um estranhamento quanto a programas, animações e séries brasileiras, com exceção da novela.

Na avaliação da ministra, o estabelecimento de cotas pode fazer com que a produção audiovisual brasileira seja conhecida do público.